



O CECAJUVI reconhece a importância da proteção dos dados pessoais dos seus colaboradores, associados e clientes. Assim sendo, sentiu a necessidade de criar uma política de proteção de dados, de forma a informar todos aqueles que se relacionam com a Instituição, quem somos, qual a finalidade que damos aos seus dados, como os tratamos, com quem os partilhamos e durante quanto tempo os conservamos, bem como as formas de entrar em contacto connosco e de exercer os seus direitos.

1. Âmbito

Esta política aplica-se a todos os dados pessoais recolhidos pelo CECAJUVI, seja de associados e clientes, nas inscrições realizadas para os serviços da instituição.

Quaisquer dados pessoais que nos forneça serão tratados com as garantias de segurança e confidencialidade exigidas pelo enquadramento legal relativo à proteção de dados pessoais.

2. Responsável pelo tratamento

O CECAJUVI enquanto responsável pelo tratamento de dados:

- Assegura que o tratamento dos seus dados pessoais é efetuado apenas no âmbito das finalidades para as quais os mesmos foram recolhidos;
- Recolhe, utiliza e conserva apenas os dados pessoais mínimos, necessários e suficientes para a finalidade em causa;
- Não procede a qualquer transmissão de dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade;
- Trata os dados pessoais para fins legalmente previstos ou para a prossecução de serviços a seu pedido.

3. Finalidades do tratamento dos dados pessoais

O CECAJUVI trata os seus dados pessoais de forma manual e automatizada para as seguintes finalidades:

- Gestão de Cliente e prestação do serviço – gestão de contatos e informações que possibilitam que os dados recolhidos sejam necessários para a celebração do contrato para a prestação do serviço e destinam-se ao processamento da informação e contatos para a melhoria e realização dos serviços (por exemplo: contato com familiares em situação de emergência e outros, aquisição e toma de medicamentos, marcação de consultas, gestão de reclamações, informação do número de clientes junto do instituto de segurança social). Os dados recolhidos são de caráter obrigatório para a concretização do contrato de prestação dos serviços.
- Gestão dos associados – cobrança de quotizações e contatos com associados, convocatórias para assembleias e informação de eventos, realização dos cadernos eleitorais e autos de posse, participação nas listas para os órgãos sociais, informações bancárias, cargo exercido pelo associado.
- Gestão contabilística, fiscal e administrativa dos clientes – contabilidade, faturação, informação fiscal através do envio e informação à autoridade tributária.

4. Categoria dos dados pessoais que recolhemos

De acordo com a natureza do titular dos dados pessoais, os dados que recolhemos podem incluir o seguinte:



Dados de identificação e contato do cliente: nome, morada, telefone, email, números de identificação civil, fiscal, da segurança social, de utente e de subsistema de saúde, data de nascimento;

Dados de saúde do cliente: dados relativos á situação de saúde, terapêutica, prescrição, identificação e contato dos profissionais de saúde;

Dados do eventual cuidador informal: dados de identificação e de contato;

Dados do agregado familiar: composição do agregado familiar e situação socioeconómica, dados de identificação e morada, rendimentos, encargos, subsídios e situação no emprego;

Dados de faturação.

5. Acesso e controlo dos dados pessoais

Possibilitamos a seu pedido, o acesso, a retificação e o apagamento dos dados pessoais. Caso a utilização dos seus dados pessoais seja baseada no consentimento, tem o direito de o retirar, contactando para isso a instituição por escrito, junto do responsável no endereço postal (Largo da Liberdade, 3422 Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata 4640-440 Baião) ou através do correio eletrónico (cecajuvibaiao@sapo.pt).

De qualquer forma, pode solicitar:

- Informação acerca de quem tem acesso aos seus dados;
- Informação acerca da forma como são processados;
- A finalidade do tratamento dos dados;
- A correção, ou atualização de algum dado;
- A eliminação dos dados.

6. Conservação dos seus dados pessoais e período de retenção

De acordo com a autorização nº 2809/2018 da Comissão Nacional de Proteção e Dados, o prazo máximo de conservação da informação deve apenas ser durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha e do seu tratamento posterior. Deste modo, considerando as finalidades do tratamento, entende-se que o prazo máximo de conservação dos dados deve ser de um ano após o fim da relação contratual.

7. Comunicação de dados pessoais a terceiros

O Cecajuvi, de acordo com a autorização nº 2809/2018, da Comissão Nacional de Proteção de Dados, tem autorização para comunicar dados dos seus clientes à Segurança Social e Autarquia Local.

6. Consentimento

Ao consentir esta Política de Proteção de Dados, está a dar permissão para processar os seus dados pessoais especificamente para os fins identificados e selecionados.